

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

[Título: Ainda projeto, privatização da Eletrobrás tem disputa no governo](#)..... 4

Valor Econômico

[Título: Rodrigo Pacheco conversa sobre troca de partido](#)..... 13

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Notas	2
Título: Jogo do Poder	3

Título: Estudo mapeia sete tecnologias que já mudam a indústria no país.....	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	4
Título: Ainda projeto, privatização da Eletrobrás tem disputa no governo.....	4
Título: 'Efeito Abengoa' atinge maior fabricante de linhas de transmissão	5
Título: Nota.....	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Importação de combustíveis cresce e causa 'corrida' por logística no país	7
VEÍCULO: Correio Braziliense	8
Título: Gasolina cai menos nos postos	8
VEÍCULO: Valor Econômico	9
Título: Para ajudar prefeitos, relator muda fórmula de distribuir royalties	9
Título: Leilões vão gerar investimentos de R\$ 260 bi em 10 anos, diz ANP.....	11
Título: Rodrigo Pacheco conversa sobre troca de partido	13
Título: Gerdau já vendeu R\$ 3,2 bi em ativos	14
Título: PetroRio quer redução de alíquota de royalties à ANP	16
Título: Petrobras arquiva registro da BR na CVM	17

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Notas

A cavalaria americana

A Chevron, que nos EUA só perde em tamanho para a Exxon, deve participar do leilão do bloco "Norte de Carcará", a joia maior do leilão da ANP, dia 27. A reserva estimada em 2 bilhões de barris de petróleo tem um bônus de assinatura de R\$ 3 bilhões.

Pedido de demissão

As taxas de rotatividade e de desligamento voluntário das empresas diminuíram quase quatro pontos percentuais no Brasil. Este ano, segundo pesquisa da consultoria Visagio, essas taxas estão em 15%. Na pesquisa do ano passado, as substituições de funcionários ficaram em 18,96%, e as demissões, em 19,08%. O levantamento afoi feito com 83 empresas de grande e médio portes de diversos setores do país.

VEÍCULO: O Globo

Seção: País / colunas

Autor: Lydia Medeiros

Título: Jogo do Poder

Próxima temporada

O setor financeiro não deu o menor crédito à indignação de Michel Temer com o que ele chamou de conspiração contra sua presidência. Há ali uma certeza de que o presidente concluirá seu mandato, ainda que bem mais fraco e sem condições de cumprir a agenda de reformas. As atenções estão voltadas para o modelo de privatização da Eletrobrás e às medidas de ajuste fiscal, anunciadas, mas sequer enviadas ao Congresso pelo governo, por causa da denúncia contra o presidente.

A definição das regras para a desestatização da Eletrobrás pode ser um processo longo de discussão e vai esbarrar na resistência de políticos mineiros e nordestinos. O temor no mercado é que o Planalto perca, mais uma vez, a batalha da comunicação, como aconteceu com a reforma da Previdência. A expectativa é que haja uma grande campanha de esclarecimento.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ana Paula Machado

Título: Estudo mapeia sete tecnologias que já mudam a indústria no país

Internet das coisas e inteligência artificial alteram modelo de negócio de dez setores.

Sete tecnologias já têm impactos disruptivos (inovação que suplanta tecnologias existentes) em sistemas produtivos estratégicos da indústria brasileira: inteligência artificial, internet das coisas (IoT), produção inteligente e conectada, materiais avançados, nanotecnologia, biotecnologia e armazenamento de energia. Essas fontes de inovações vêm provocando mudanças significativas em modelos de negócio, padrões de concorrência e em

estruturas de mercado para setores como agroindústria, química, petróleo e gás, bens de capital, automotivo, aeroespacial e defesa, tecnologia da informação e comunicação, bens de consumo e farmacêutico.

Os dados são do "Projeto Indústria 2027", da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em parceria com os institutos de economia da UFRJ e da Unicamp. Na atual fase do projeto, que será concluído em 2018, 40 pesquisadores brasileiros e estrangeiros identificaram e analisaram tecnologias de alta relevância para a indústria nacional e mundial, e o potencial de transformação de cada uma delas em dez setores produtivos.

Paulo Mól, superintendente do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e coordenador da pesquisa, diz que há vários segmentos na indústria investindo em pesquisa, mas o número ainda é pequeno comparado ao de países como China, EUA e Alemanha:— No mundo, até 2025, somente com pesquisas em inteligência artificial, serão movimentados US\$ 60 bilhões.

Pesquisa da Associação Brasileira de Internet Industrial (ABII) mostra que o país ainda está na fase de automação através da eletrônica, robótica e programação — estágio designado como o da Indústria 3.0. Países avançados estão um degrau acima, o da indústria 4.0, que combina automação com a inteligência artificial. O índice que mede a automação de um país é aferido pela relação da quantidade de robôs por dez mil funcionários. No Brasil, esse índice é de dez robôs/dez mil empregados. No Japão e na Coreia do Sul, são 400 equipamentos por grupo de dez mil pessoas. Nos EUA e Alemanha, de 300 por dez mil empregados. (...)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / Adriana Fernandes

Título: Ainda projeto, privatização da Eletrobrás tem disputa no governo

Definição do modelo de venda gera discórdia em como será repassado para a empresa um terço de seu valor.

O processo de privatização da Eletrobrás mal começou, mas já cria polêmica no governo. Um dos pontos de maior discórdia na definição do modelo de venda é como repassar à estatal um terço dos recursos arrecadados com o processo. Para o **Ministério de Minas e Energia (MME)**, uma parte deveria ficar com a Eletrobrás, como um aporte.

Serviria de estímulo à empresa para aceitar a privatização, já que não haverá uma imposição do governo para a efetivação do leilão. Já para o Ministério da

Fazenda, o dinheiro não pode ser simplesmente "doador" para a empresa. Como a Eletrobrás é de economia mista, com controle estatal e participação privada, isso significa transferência de riqueza aos acionistas privados.

Por isso, a área econômica avalia que esses recursos devem ser revertidos em aumento da participação acionária da União na Eletrobrás. Ou seja, os minoritários seriam diluídos numa operação desse tipo. A recomendação consta de parecer técnico do Ministério da Fazenda ao qual o Estadão/Broadcast teve acesso. Ainda que haja aumento imediato da participação acionária da União na companhia, a Fazenda entende que isso pode ser revertido em uma etapa posterior, na emissão de ações pela companhia.

No caso, o governo não subscreveria a oferta. O objetivo é a União deixar o controle do grupo, que passaria a ter um controle pulverizado. Faria. Na privatização da empresa, a União, que hoje detém 63% das ações, reduziria essa participação para cerca de 40%. O processo deve ser consolidado na emissão de ações da Eletrobrás, por meio do qual os recursos para pagar a outorga à União serão captados.

Um integrante da equipe econômica destacou que a privatização da Eletrobrás não está sendo feita com a intenção de aumentar receitas para a União, mas para resolver os problemas da estatal e do setor, já que o Estado não tem dinheiro para investir nas empresas do grupo. A ideia original do MME prevê que a privatização da empresa e de suas usinas e subsidiárias seja uma opção, não uma imposição do governo. Para deixar isso claro, no dia em que essa decisão for referendada em assembleia-geral de acionistas, a União não vai votar. Por ser uma opção, na avaliação de uma fonte do MME, é preciso incentivar a empresa a aceitar essa proposta. Esse incentivo se daria na forma de um "prêmio" que compense os riscos assumidos pela Eletrobrás para atuar sob um novo modelo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor: André Borges

Título: 'Efeito Abengoa' atinge maior fabricante de linhas de transmissão

Energia. Com a crise da empresa espanhola, que teve de abandonar grandes projetos no País, como o linha de Belo Monte, brasileira Brascopper entrou em recuperação judicial e tenta vender ativos para continuar operando; em 5 anos, receita da companhia caiu à metade

A crise das gigantes espanholas Abengoa e Isolux, que deixaram de realizar projetos de transmissão no País, reforçou os problemas de uma outra empresa

do setor, que enfrenta uma profunda dificuldade financeira. A falência agora é uma ameaça também para a maior fabricante 100% brasileira de cabos de alta tensão, a Brascopper.

A empresa tenta evitar o fechamento de suas portas por meio de um processo de recuperação judicial, situação em que se encontram também Abengoa e Isolux. A Brascopper tem dívida acumulada de R\$ 126 milhões, com 1.014 credores.

A derrocada da companhia fundada em 1984, em Ribeirão Preto (SP), é resultado de uma combinação de fatores, entre eles a frustração de grandes leilões de transmissão ocorridos nos últimos anos, a quebra das empresas espanholas, a crise financeira do País e a queda no preço do alumínio, tudo isso ocorrido nos últimos quatro anos.

O cenário é muito diferente do que a empresa imaginava até 2011, quando, depois de realizar um investimento de cerca de R\$ 70 milhões, colocou em funcionamento a sua terceira fábrica em São Luís – a companhia tem ainda uma unidade em Três Lagoas (MS).

O objetivo era se preparar para entregar cabos de alta tensão para grandes projetos do setor que estavam em andamento ou planejados para o País, caso dos linhões de Belo Monte, que ficariam a cargo da Abengoa. A espanhola assumiria 2 mil quilômetros desse empreendimento e, de olho nessa demanda, a Brascopper fechou um contrato para fornecer 1,7 mil km de cabos para a companhia.

A linha da Abengoa, porém, não saiu e os pedidos por cabo não se concretizaram. Com a queda no preço do alumínio em todo o mundo e os fracassos de muitos leilões entre 2012 e 2014, as dívidas se acumularam.

No auge da produção, as unidades da empresa chegaram a empregar 774 funcionários. Hoje, está com 196 trabalhadores. As fábricas operam com um terço da capacidade. O faturamento da empresa, que beirou R\$ 600 milhões em 2011, despencou para R\$ 270 milhões no ano passado.

As informações foram confirmadas ao Estado por Wendel Caleffi, sócio da EXM Partners, consultoria que foi contratada pela Brascopper para tentar sua recuperação judicial e que tem falado em nome da fabricante. A única saída encontrada para tentar salvar a empresa foi a venda de sua unidade no Maranhão. A expectativa é de que o negócio seja fechado em 90 dias.

"Fizemos um diagnóstico da situação e concluímos que a cobertura da empresa e o pagamento de sua dívida passaram a depender da venda de ativos", diz Caleffi. "Quando se está em recuperação judicial, a disponibilidade de capital de

giro é nenhuma. Não se tem acesso a crédito. A fábrica está avaliada em pouco mais de R\$ 100 milhões. Já há interessados, inclusive de outros países."

Interessados. Na lista dos grandes nomes de produção de cabos estão as multinacionais Alubar, General Cable, Nexans e Prysmian. Entre os interessados na fábrica da empresa, afirma Caleffi, estão investidores chineses, os quais têm vencido a maior parte de leilões de linhas de transmissão realizados pelo governo nos dois últimos anos.

De 2015 para cá, o governo busca saídas para interligar grandes usinas do País, por conta de projetos das espanholas Abengoa e Isolux, que não saíram do papel. Os projetos da primeira já foram alvos de declaração de caducidade pelo governo. No caso da Isolux, algumas linhas já foram, inclusive, relicitadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: Nota

» Segue o jogo.

A BR Distribuidora, que é controlada pela Petrobrás, seguiu com a agenda para realizar sua abertura de capital ainda neste ano. A companhia protocolou ontem pedido para realizar sua oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês). A operação bilionária deve acontecer ainda em dezembro. Procurada, a Petrobrás não comentou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Importação de combustíveis cresce e causa 'corrida' por logística no país

colunistas

Com uma diminuição da participação da Petrobras na importação de combustíveis, a logística para trazer gasolina e diesel de outros países passou a ter prazos maiores, segundo a consultoria TerraFirma, que atua nesse setor.

"O mercado não estava pronto para importações de novas empresas. Antes, usava-se o sistema Petrobras, que tinha terminais. Uma novata vai ter de achar soluções para receber [o produto]", diz o consultor Julio Favarin.

A participação da estatal na importação vem em queda -em 2016, ela trouxe 60% da gasolina de fora, e no primeiro semestre de 2017, foi 26%.

Além disso, em julho ela passou a fazer ajustes diários nos preços dos combustíveis.

Nesse primeiro trimestre em que os preços da Petrobras seguiram os do mercado internacional, a importação de gasolina e diesel subiu 45%, na comparação com o mesmo período de 2016.

Com isso, as tradings que compram e estocam combustíveis pelo globo notaram que poderiam ganhar na arbitragem de diferenças de preços se adquirissem de fornecedores internacionais.

A entrada dessas empresas no negócio fez o valor de aluguel de ativos de logística de combustíveis, como tanques, subir, diz o responsável pelo transporte de uma das maiores distribuidoras do país.

Não são só as tradings, as próprias distribuidoras têm importado mais, afirma. A situação é de uma "corrida por infraestrutura", classifica.

Se essa política de preços da Petrobras for estável no futuro, haverá incentivos para investimentos em capacidade para dar vazão aos combustíveis trazidos de fora, especialmente no Norte do Brasil, segundo o executivo.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Andressa Paulino e Rodolfo Costa

Título: Gasolina cai menos nos postos

Os postos não estão repassando aos consumidores a queda de preços dos combustíveis promovida pela Petrobras nas refinarias. Enquanto o recuo no valor da gasolina promovido pela estatal, entre 13 de setembro e ontem, chegou a 3,7%, na maioria dos estabelecimentos pesquisados pelo Correio, ficou abaixo de 3%. Em alguns, o preço foi reduzido em apenas 2,18%.

De acordo com especialistas, diversos fatores influenciam no valor que o combustível chega às bombas. “Existem muitos elementos que podem alterar o preço da gasolina nos postos de combustíveis, como a margem de distribuição, os impostos tanto federais quanto estaduais, a margem de varejo, entre outros”, explicou o economista Walter de Vitto.

Quem paga a conta reclama. Na opinião o motorista Maurício Borges, 54, o único ajuste perceptível são os aumentos no preço do combustível. “O comum é vermos sempre o valor da gasolina aumentando. Raramente conseguimos ver queda, e quando ela acontece é mínima e não anula o valor do aumento anterior” salientou.

Maurício, que trabalha com o veículo, diz que gasta em média R\$ 2 mil em combustível por mês, e afirma que são poucos lugares que consegue preço bom para abastecer. “Como trabalho com transporte particular não tenho muito o que fazer, só pesquisar muito e pegar promoções. Hoje em dia, não consigo abastecer em qualquer estabelecimento, depende do valor”, **ponderou**.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Raphael Di Cunto | De Brasília

Título: Para ajudar prefeitos, relator muda fórmula de distribuir royalties

Alinhado aos interesses dos municípios e prefeitos, o relator da medida provisória (MP) que altera os royalties da mineração, deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), modificou a distribuição dos recursos, reduzindo a parcela destinada ao governo federal e aos Estados, e acabou com a alíquota flutuante do minério de ferro, que agora terá como base o valor máximo defendido pelo Ministério de Minas e Energia, que já era motivo de reclamação das empresas, de 4%.

O parecer, antecipado pelo **Valor**, será apresentado hoje à comissão de deputados e senadores para votação. As principais mudanças discutidas com o governo e não tiveram apoio. O texto prevê que a alíquota de ferro pode cair a 2%, mas condiciona a demandas individuais de cada mina e frisa: isso ocorrerá apenas para não prejudicar a viabilidade econômica de jazidas "com baixo desempenho". As mais produtivas não teriam o benefício.

Por outro lado, a proposta reduz, em relação ao que propunha o governo, as alíquotas de outros minérios: o calcário para agricultura, potássio, fosfato, minerais para a construção civil (rochas, areia, cascalhos e outros), a água mineral e termal. A ideia é estimular a produção nacional e investimentos nesses setores.

O diamante também ficará com percentual menor, de 2%, mas bem acima da tributação atual, de 0,2%. O relator entendeu que, embora os 3% sugeridos pelo governo não estivessem fora dos padrões internacionais, a elevação tão brusca na taxa prejudicaria a visão de investidores estrangeiros sobre o ambiente de negócios brasileiro.

O valor pago de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), contudo, deve subir mesmo para os minérios favorecidos pelo relator, porque a MP muda a base de cálculo de cobrança, que passa do faturamento líquido para a receita bruta de venda, que inclui gastos com frete e seguros. A estimativa do Ministério da Fazenda era ampliar a arrecadação de R\$ 1,8 bilhão para R\$ 3,3 bilhões.

O aumento mais expressivo será no ferro, responsável por 75% das exportações minerais brasileiras. Pela legislação anterior à MP, cobrava-se 2%. O governo quer uma alíquota flutuante, que varia de 2% a 4% dependendo da cotação internacional da commodity. Se o valor da tonelada ficasse abaixo de US\$ 60, a taxa seria de 2%. O percentual aumentaria 0,5 ponto a cada US\$ 10 até chegar em 4%, se o valor superasse US\$ 100.

Pestana se posicionou a favor dos prefeitos, que queriam uma alíquota mais previsível e maior, e rejeitou a ideia do sistema de "bandas". No parecer, ele estabelece a alíquota em 4%. A redução para até 2% pode ocorrer, mas por solicitação à entidade reguladora do setor, que analisará se há risco a viabilidade de jazidas "de baixo desempenho". E só terá efeito 60 dias após a decisão ser publicada na internet.

Segundo Pestana, o Brasil, isoladamente, cobra o menor royalty do mundo sobre o ferro. Para ele, o problema das empresas é com o "custo Brasil". "Contem comigo para fazer a reforma tributária, mas nesta MP o trabalho era focado e era preciso a justa compensação de Estados e municípios mineradores", disse.

De acordo com o texto, será avaliado o impacto da alíquota "em razão do teor de ferro, da escala de produção, do pagamento de tributos, da estrutura de custos, do número de empregados ou das condições de mercado". As regras exatas estarão em decreto presidencial que deve ser publicado 90 dias após a sanção.

Outro ponto que desagrade ao governo federal, e que pode enfrentar a resistência de governadores, é a mudança na distribuição dos recursos arrecadados. A União perderá 2% (vai para 10%) e os Estados, 3% (ficariam com 20%). Os municípios mineradores ficarão com 5% a menos, 60% da Cfem, mas o parecer atende antiga demanda das cidades afetadas pela atividade e dá 10% como compensação - e que serviria para ampliar o apoio político.

Terão direito a esses 10% os municípios cortados por ferrovias ou dutos para transporte das substâncias minerais, ou onde houver operação de embarque e desembarque, como portos. Estão de fora da divisão as rodovias. Também

receberão os locais onde se localizem pilhas de estéril, barragens de rejeitos e instalações de substâncias minerais.

O projeto, que faz parte de um pacote de reforma do antigo Código de Mineração e contém ainda outras duas MPs, deixa a cargo do decreto presidencial as regras para avaliação do impacto em cada região não mineradora e os percentuais. Se nenhuma cidade for afetada, o valor ficará no local onde ocorre a produção mineral.

O parecer muda a cobrança sobre terras arrendadas. O governo queria que, nesses casos, o proprietário do direito de exploração respondesse solidariamente pelos royalties durante o contrato. A Receita poderia acionar diretamente o arrendante para receber. O tucano deixou a responsabilidade como subsidiária, em que se busca primeiro os bens do arrendatário e, apenas se os valores forem insuficientes, é cobrado do cedente. Para casos anteriores ao contrato, a responsabilidade será solidária.

O parecer terá que ser aprovado pela comissão mista e pelos plenários da Câmara e do Senado até 28 de novembro ou a medida provisória perderá a validade.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Leilões vão gerar investimentos de R\$ 260 bi em 10 anos, diz ANP

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) estima que o calendário de rodadas de licitação de blocos exploratórios planejado pelo governo até 2019 deve gerar investimentos da ordem de R\$ 260 bilhões nos próximos dez anos. O órgão regulador acredita que, somente com os dois leilões sob o regime de partilha de produção (leilões do pré-sal) marcados para a próxima semana, sejam atraídos investimentos de R\$ 100 bilhões.

No mês passado, a agência realizou a primeira licitação do calendário plurianual de leilões, a 14ª rodada, que negociou 35 blocos exploratórios sob o regime de concessão e atraiu R\$ 845 milhões de investimentos mínimos obrigatórios. Além do leilão da semana passada, fazem parte do calendário a 2ª e 3ª rodadas de partilha do pré-sal, neste mês, mais uma licitação de blocos exploratórios sob regime de concessão e um leilão do pré-sal por ano entre 2018 e 2019.

A ANP estima que as novas rodadas exigirão a instalação de 17 novas plataformas, sendo até sete nos limites do Estado do Rio de Janeiro. Segundo projeções da agência, as novas rodadas têm potencial para gerar US\$ 8 bilhões

em royalties adicionais para o principal Estado produtor. A expectativa é que o Rio demande US\$ 30 bilhões em investimentos.

A 14ª rodada marcou a retomada dos investimentos na Bacia de Campos, cuja produção se encontra hoje em fase de declínio. Juntas, a Petrobras e a Exxon Mobil arremataram seis blocos exploratórios na região, que margeia o polígono do pré-sal e tem potencial para descobertas desse tipo. A Exxon, sozinha, arrematou outros dois blocos na mesma bacia.

Nos leilões da próxima semana serão oferecidas oito áreas. Na 2ª rodada, serão licitadas quatro áreas unitizáveis (áreas adjacentes a campos ou prospectos cujos reservatórios se estendem para além da área concedida): Norte de Carcará, Sul de Gato do Mato e Entorno de Sapinhoá, na Bacia de Santos, e Sudeste de Tartaruga Verde, na Bacia de Campos.

No terceiro leilão serão ofertadas as áreas não exploradas de Pau Brasil, Peroba e Alto de Cabo Frio Oeste, na Bacia de Santos, e Alto de Cabo Frio Central, nas Bacias de Campos e Santos.

De acordo com estimativas da autarquia, em seis das áreas que serão ofertadas há cerca de 12,1 bilhões de barris de petróleo "in situ" (total de óleo, ainda não aprovado, contido em um reservatório e não necessariamente recuperável). O volume total não se traduz em reservas, pois a maior parte desses recursos não é extraída dos reservatórios por inviabilidade econômica. A expectativa, porém, é que pelo menos 20% desse volume seja convertido em reservas.

Do total estimado de óleo "in situ" dessas áreas, o maior volume é o do campo de Peroba, com 5,3 bilhões de barris, seguido por Pau-brasil, com 4,1 bilhões. A área unitizável de Carcará tem volume "in situ" de 2,2 bilhões de barris. Já as áreas unitizáveis de Gato do Mato, Sapinhoá e Sudoeste de Tartaruga Verde possuem volume de óleo estimado de 203 milhões de barris, 350 milhões de barris e 160 milhões de barris, respectivamente.

No início deste mês, o secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Márcio Félix, disse esperar que a maior competição ocorra pela área unitizável de Carcará, devido às descobertas ocorridas na região e ao tamanho da área que será leiloada, em relação à parte já concedida do campo, localizado no bloco BM-S-8, que pertence ao consórcio formado por Statoil, Petrogal (14%) e Barra Energia (10%).

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Política**Autor:** Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto | De Brasília**Título:** Rodrigo Pacheco conversa sobre troca de partido

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), sinalizou a aliados que pretende votar pela admissibilidade da denúncia contra o presidente Michel Temer e os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência), quando o pedido de investigação chegar ao plenário. Prevendo desgastes dentro do PMDB com essa decisão, Pacheco negocia com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para migrar para o DEM.

Segundo apurou o **Valor**, Pacheco quer ter o direito de concorrer ao governo de Minas Gerais pela legenda em 2018. O DEM trabalha para filiar o ex-deputado estadual Dinis Pinheiro, que hoje está no PP, para concorrer ao comando do Palácio Tiradentes e engrossar sua estratégia de fortalecimento do partido nos estados.

Pinheiro, que foi presidente da Assembleia Legislativa, também negocia com o PTB, entretanto. Por isso, nos bastidores, o nome de Pacheco estaria ganhando força no DEM como alternativa para concorrer contra o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT).

Em entrevista ao **Valor**, em setembro, Maia destacou que o DEM poderia surpreender com candidaturas próprias em vários estados. Ao ser questionado ontem sobre a eventual migração do presidente da CCJ para o DEM, para concorrer ao governo de Minas Gerais, o presidente da Câmara disse que o deputado federal Carlos Melles (DEM-MG) - que presidente o partido no estado - estava negociando com Pinheiro. Para acabar com o que classificou como "nocaute político sofrido por Minas", promovido por Pimentel, Melles disse que a preferência da sigla era apoiar o senador tucano Antonio Anastasia (MG), que já anunciou que não será candidato. "Se Anastasia não ceder às investidas para concorrer, nosso plano B é o Dinis. Se o Pacheco quiser migrar para o DEM, será um prazer e uma distinção para nós. É um bom quadro", afirmou o parlamentar do DEM.

As negociações entre o DEM e o presidente da CCJ ocorrem em um momento de estremecimento entre Maia e o Palácio do Planalto, em função da divulgação dos vídeos da delação de Lúcio Funaro, incluída na segunda denúncia contra Temer e os ministros. Nomes ligados ao presidente da Câmara revelaram ao **Valor** que a abertura do DEM para abrigar Pacheco seria um troco à saída da família Bezerra Coelho, de Pernambuco, da negociação para migrar para a sigla.

Antes filiados ao PSB, o senador Fernando Bezerra Coelho e o ministro Fernando Bezerra Coelho Filho (Minas e Energia), estavam em negociação avançada com o DEM, mas decidiram se filiar ao PMDB.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Gerdau já vendeu R\$ 3,2 bi em ativos

Quando a crise da siderurgia - local e mundial - se aprofundou, a venda de operações se tornou uma maneira mais rápida e segura de fazer caixa, em meio à contenção dos preços e com volumes menores de venda. Até agora, a mais bem-sucedida empresa do setor nessa abordagem foi a Gerdau, que está prestes a confirmar mais de R\$ 3,2 bilhões captados em seu programa de reavaliação de ativos desde 2014, com vendas e parcerias.

A companhia, no entanto, contabiliza apenas R\$ 2,8 bilhões por enquanto. A saída do Chile, ao se desfazer do negócio por um valor econômico de US\$ 154 milhões, ainda precisa ser aprovada pelo órgão regulador da concorrência local. No início do mês, foi anunciada a alienação de unidades industriais de aços longos aos grupos chilenos Matco e Ingeniería e Inversiones.

Os esforços estancaram o crescimento da dívida. No fim de 2014, quando iniciou o programa, a Gerdau registrava dívida bruta de R\$ 19,52 bilhões e líquida de R\$ 13,33 bilhões. Essa cifra continuou subindo até o pico em setembro de 2015, para R\$ 27,58 bilhões e R\$ 20,84 bilhões, respectivamente, mesmo com geração positiva de caixa. Desde então, a tendência retrocedeu e a dívida líquida, por exemplo, caiu 30,3% até junho de 2017, último balanço disponível, para R\$ 14,53 bilhões.

"O importante é olhar o efeito dos esforços no médio e longo prazos", afirma o vice-presidente financeiro da companhia, Harley Scardoelli. "Vimos uma redução forte no último ano e meio da dívida líquida", completou

O executivo explica que um grande ganho foi na liquidez. Os recursos disponíveis puderam ser distribuídos a outros negócios da Gerdau, o que compensou a menor presença em algumas regiões. Ao tomar a decisão de permanecer ou não com o ativo, a empresa calculava o retorno de três a cinco anos - ele precisava ao menos remunerar o custo de capital.

Agora, o próximo grande passo do grupo gaúcho na otimização do portfólio pode estar na América do Norte. Duas fontes de mercado disseram ao **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, que a Gerdau negocia a

venda de unidades de produção de vergalhões nos Estados Unidos, em um negócio que pode garantir até cerca de R\$ 2 bilhões ao histórico de vendas.

Até o fim do ano, a expectativa, contaram as fontes, é vender à Commercial Metals Company (CMC) ao menos as três usinas locais dedicadas exclusivamente a vergalhões - em Rancho Cucamonga, no Estado da Califórnia, em Sayreville, em Nova Jersey, e em Knoxville, no Tennessee. Juntas, as fábricas possuem capacidade de transformação do aço de 1,6 milhão de toneladas por ano.

Também parte do pacote envolto nas conversas, porém, estão outras duas unidades: em Jacksonville, na Flórida, e em Beaumont, no Texas. Ambas são mais destinadas à fabricação de barras e fios-máquina, com capacidade 1,2 milhão de toneladas.

A Gerdau disse que não comenta rumores de mercado. A CMC não respondeu aos pedidos de entrevista. O United Steelworkers Union, sindicato do setor nos EUA, disse que a empresa não informou nenhuma mudança aos trabalhadores. A informação tornou-se pública pela primeira vez no serviço especializado "American Metal Market".

Em relatório, a casa de análise de dívida CreditSights calcula que o valor econômico dessa nova operação possa ficar entre US\$ 500 milhões e US\$ 700 milhões. Ou seja, se suas previsões se confirmarem, as vendas de ativos da Gerdau ultrapassariam os R\$ 5 bilhões.

Scardoelli diz que, apesar de não haver prazo fixo para encerrar a reavaliação de ativos, ainda há "um caminho a trilhar" nesse sentido. "Mas não vamos ficar no processo para sempre."

A operação pode ser transformadora para a Gerdau, já que hoje a América do Norte é a região que mais rende faturamento ao grupo. A receita líquida da área totalizou R\$ 7,53 bilhões no primeiro semestre deste ano, representando 42,7% do total.

Desde o fim de 2014, a Gerdau já vendeu sua participação na Gallatin Steel, também nos EUA; na Sidenor, da Espanha; e na Guatemala. A companhia também se desfez de unidades de transformação e terrenos no território americano, além de formar uma "joint venture" na Colômbia.

As outras duas grandes do setor, Usiminas e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), chegaram a prometer se desfazer de ativos, mas não cumpriram. A empresa mineira colocou a Usiminas Mecânica, unidade de bens de capital, à disposição de interessados, mas não recebeu nenhuma oferta firme. A CSN

considerou até mesmo parcerias em um de seus ativos mais valiosos, a CSN Mineração, mas não avançou. Apenas a fabricante de latas Metalic foi alienada.

O sucesso em vender ativos rendeu avaliação melhor sobre o perfil de crédito. A agência de risco S&P Global Ratings, por exemplo, dá nota de crédito "BBB-" à Gerdau - a única do setor com grau de investimento no Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: PetroRio quer redução de alíquota de royalties à ANP

A PetroRio protocolou na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) pedido de redução da alíquota de royalties cobrados sobre a produção no campo de Polvo, na Bacia de Campos, de 10% para 5%. A medida, segundo a companhia, viabilizará caixa para a perfuração de dois poços adicionais na região, com investimentos previstos entre US\$ 45 milhões e US\$ 60 milhões.

"Temos uns investimentos que queremos fazer e eles são condicionados à redução dos royalties. Sem essa redução de royalties, provavelmente não vamos fazer esses investimentos", afirmou ao **Valor** o diretor financeiro e de relações com investidores da PetroRio, Blener Mayhew. Embora não tenha revelado a estratégia da empresa, o executivo explicou que o pleito tem embasamento legal.

Mayhew destacou que a PetroRio fez um amplo trabalho de reestruturação do campo de Polvo, que, segundo ele, estava previsto pela petroleira BP, antiga dona da área, de ser abandonado até 2017. De acordo com o diretor, a PetroRio já ampliou essa previsão para 2021, mesmo com o preço de petróleo "desafiador". A produção atual em Polvo é de 8 mil barris diários.

Mayhew, que trabalha com uma expectativa de resposta do pleito pela ANP até o primeiro trimestre de 2018, contou que a companhia já conta com o apoio de prefeituras dos municípios contemplados com royalties da produção do campo de Polvo. "Eles enxergam que estão abrindo mão de recursos no curto prazo para ganhar no longo prazo", com o aumento do volume e do período de produção, a partir dos novos investimentos.

O diretor da PetroRio afirmou ainda que os dois novos poços permitirão estudos adicionais na região. Caso os resultados sejam positivos, a petroleira poderá investir outros US\$ 300 milhões no desenvolvimento e na produção na área.

O executivo disse também que a PetroRio tem interesse nos campos terrestres maduros que a Petrobras colocou à venda recentemente, dentro da nova versão de seu plano de venda de ativos. Desde o fim de agosto, a Petrobras lançou oportunidades de desinvestimentos em 65 concessões terrestres, em quatro Estados (Rio Grande Norte, Bahia, Ceará e Sergipe).

"Sem dúvida, as melhores oportunidades em campos maduros estão na mão da Petrobras. Eu diria que eles são, no curto e médio prazo, as melhores oportunidades em campos maduros", disse Mayhew.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Paula Selmi | De São Paulo

Título: Petrobras arquiva registro da BR na CVM

A Petrobras arquivou ontem na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o pedido de registro de companhia aberta da BR Distribuidora. A estatal já havia informado que pretendia fazer a oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) da controlada e, segundo o comunicado divulgado ontem ao mercado, a oferta terá distribuição pública secundária de ações ordinárias de emissão da BR, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação no exterior.

De acordo com a Petrobras, os atos necessários para a realização da oferta estão sujeitos à análise e à aprovação dos órgãos internos das duas companhias, assim como os preços e percentual das ações a serem ofertadas, que deverá ficar entre 25% e 40% da fatia acionária detida pela estatal na BR.

A estatal lembrou que, além do registro na CVM, a operação está sujeita à manifestação da B3 - que deverá aprovar o pedido de listagem ao Novo Mercado - e às condições favoráveis dos mercados de capitais nacional e internacional.

A Petrobras pretende vender entre 25% e 40% da BR para que ela seja listada no Novo Mercado da B3. Ainda não há uma data confirmada para a abertura de capital, mas no começo do mês o presidente da Petrobras, Pedro Parente, afirmou ao "Financial Times" que o objetivo é que o IPO aconteça "o mais rápido possível".

MME / ASCOM .